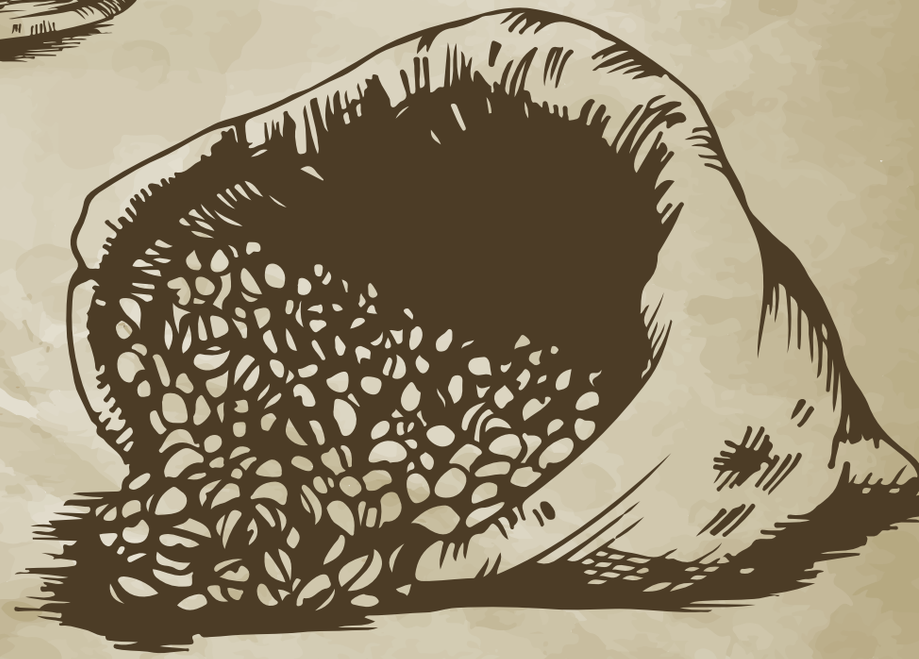


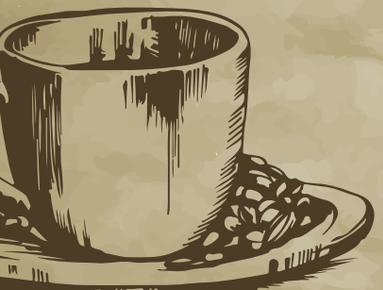


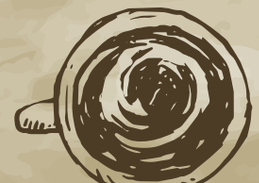
Café com Lutas



O Desmonte das Políticas Públicas

psol na câmara







Café com Lutas

O PSOL na Câmara vem organizando encontros com movimentos sociais e ativistas de várias áreas para aproximar ainda mais os mandatos das demandas populares. Trata-se do Café Com Lutas. O objetivo é estabelecer uma troca de ideias e buscar concretizar no Parlamento as propostas trazidas pelos movimentos. Dessa vez, o assunto foi o **Desmonte das políticas sociais no Brasil.**



A Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social está sendo destruída. Os repasses do governo federal aos municípios caíram de pouco mais de R$ 3 bilhões no final do governo Dilma Rousseff para R$ 1,3 bilhão em 2020.
Nos últimos anos a política de assistência teve consideráveis cortes. Um dos retratos lamentáveis é o enterro do programa Bolsa Família.
O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a porta de entrada da população mais pobre no sistema de proteção, para acesso a direitos e ao Estado. O SUAS organiza a rede de proteção de renda e de acesso a serviços socioassistenciais, garantindo ainda a inclusão em um conjunto mais amplo de proteções sociais em serviços como saúde e educação.
Os ataques ao SUAS faz parte da destruição de todas as políticas sociais, dentre elas, a reforma da previdência e trabalhista que empurrou os trabalhadores para a informalidade e agravou a qualidade de vida. E que, agora, precisam acessar as políticas sociais.
As filas nas portas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) são o espelho dessa política de desmonte, além da inexistência de migração dos dados do CadÚnico, que acaba por resultar uma leitura irreal dos que precisam de atendimento dos que necessitam de uma política de assistência e renda.
No início da pandemia as trabalhadoras e trabalhadores do SUAS travaram uma luta pela própria vacinação, já que o governo federal demorou a considerá-los como integrantes da linha de frente de combate à Covid-19.



Ausência de governo

A política de segurança alimentar precisa ser mais estratégica com robustos financiamentos em cozinhas comunitárias, por exemplo. A falta de comida, é fato, resulta na necessidade de maior assistência. O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social se tornaram letra morta. Os governos descomprometidos aplicam políticas de favor e não de direitos.

A política de assistência social não pode ser isolada de um projeto de governo. E o projeto que temos hoje é conservador, neofacista, de favor e de esmola. A atenção primária em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) está em pleno processo de privatização. Para piorar, o (des)governo Bolsonaro responsabiliza o povo por sua condição de saúde financeira, por não conseguir viver com auxílio de R$ 400.

Bolsa Família x Auxílio Brasil

Depois de 18 anos, o programa de transferência de renda que já foi considerando modelo no mundo foi extinto pelo governo de Jair Bolsonaro em outubro passado. O Bolsa Família, programa que tirou o Brasil do Mapa da Fome das Organizações das Nações Unidas, foi substituído pelo Auxílio Brasil, um balcão de negócios, consistindo numa movimentação eleitoreira, e não vinculado ao direito e à cidadania.

Durante a pandemia, a pobreza se acirrou no Brasil. O pagamento do auxílio emergencial de R$ 600 ajudou a manter milhões de famílias. No entanto, a redução do valor do auxílio e do número de pessoas atendidas somadas à falta de emprego aumentou ainda mais a pobreza. O fim do auxílio emergencial e do Bolsa Família trará outro cenário. Em 2021, cerca de 39 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial, dessas 24 milhões ficarão fora das políticas do Auxílio Brasil.





Pontos a destacar

- A habitação como um serviço público acessível à população, construída de forma massiva e não de acordo com a renda;
- Valorização da saúde e educação;
- A histórica luta pelo financiamento e de projeto que transfere para a sociedade civil competências do Estado.

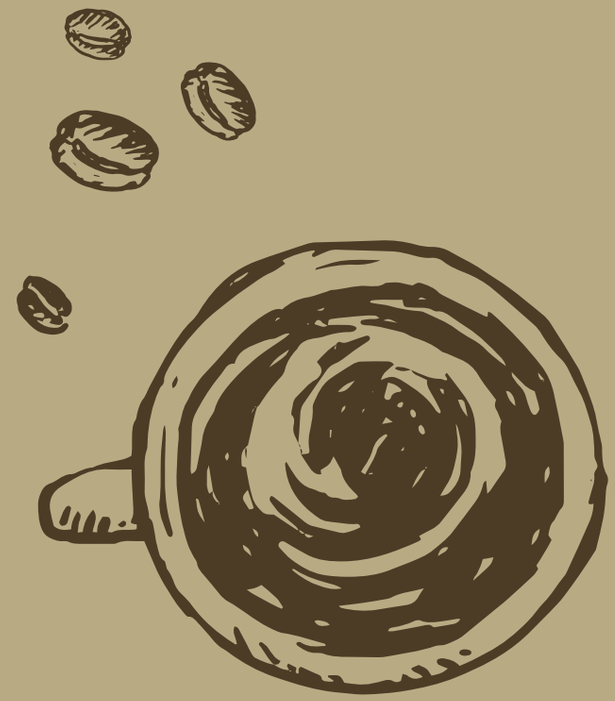


Encaminhamentos

- Atuar para revogação da Emenda Constitucional 95, que limita gastos públicos;
- Defender a auditoria da dívida pública, prevista na Constituição federal;
- Aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 277/2008 – taxação das grandes fortunas, proposto pela bancada do PSOL na Câmara;
- Avançar na política de alimentação direta, renda básica, transferência de renda e habitação como serviço público;
- Acompanhar e fiscalizar a implementação da política de assistência nos municípios;
- Atuar para a supervalorização e proteção das políticas públicas;
- Lutar pela revogação de portarias que reduziram significativamente os recursos dos municípios;
- Propor que parte dos recursos dos municípios destinados a empresas de transporte público seja revertida em passagem social;
- Propor a realização de ciclos de audiências nos municípios para debater o desmonte do SUAS;



- Pensar coletivamente como derrotar o governo Bolsonaro e construir a unidade com setores progressistas do país, entre trabalhadoras, trabalhadores e usuários do SUAS- 2022;





participe

A construção de políticas sociais que visem uma sociedade justa, igualitária e de inclusão se dá com participação popular.
Fortaleça essa iniciativa acompanhando a bancada do PSOL na Câmara Federal!

Entre em contato com a Liderança do PSOL na Câmara:

E-mail: lidpsol@camara.leg.br
Instagram: @psolnamacara
Facebook: fb.com/psolnacamara
Twitter: @psolnacamara

Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados

Talíria Petrone (RJ), Líder de Bancada;
Áurea Carolina (MG);
David Miranda (RJ);
Fernanda Melchionna (RS);
Glauber Braga (RJ);
Ivan Valente (SP);
Luiza Erundina (SP);
Sâmia Bomfim (SP);
Vivi Reis (PA);

